



TERRA, TRABALHO E CONFLITOS ESCRAVOS NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Keith Barbosa

Universidade Federal do Amazonas
keithbarbosa@hotmail.com

Resumo:

Neste artigo analiso as experiências de escravidão tecidas a partir das relações entre terra, trabalho e os protestos de escravos que se consolidavam nas paisagens das lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. Problemático aspectos das dimensões da vida escrava e a consolidação de uma economia de *plantation*, que se estruturava em meio à competitividade econômica na produção cafeeira, marcada pela demanda constante por mão de obra cativa e ainda pela necessidade de lidar com as questões inerentes à própria sobrevivência do sistema escravista. Nesse contexto os episódios de fugas de escravos deviam ser corriqueiros, tais como conflitos e negociações entre senhores e seus cativos, que certamente faziam parte do cotidiano da população localizada na região histórica do Vale do Paraíba.

Palavras-chave: Vale do Paraíba; café; escravidão; fuga.

Abstract:

In this article I analyze the experiences of slavery built from the relations between land, labor and the slave protests consolidated in the coffee plantations landscapes of the Vale do Paraíba fluminense. I problematize aspects of the slavery dimensions and the consolidation of a plantation economy, structured in the middle of economic competitiveness in coffee production, marked by the constant demand for captive labor and also the need to deal with the issues inherent to the survival of the slave system. In this context the episodes of escapes of slaves had to be commonplace, such as conflicts and negotiations between masters and their slaves, that were certainly part of the daily life of the population located in the historical region of the Vale do Paraíba.

Keywords: Vale do Paraíba; coffee; slavery; escape.

Na historiografia da escravidão encontramos amplos debates que buscam apresentar as características e especificidades das vivências escravas (LARA, 2007) moldadas com o avanço da monocultura cafeeira no século XIX (SLENES, 1988). Sob diversos ângulos pesquisadores desvendaram aspectos do cotidiano da vida dos trabalhadores escravizados, apresentando as múltiplas e complexas relações tecidas nos espaços sociais marcados pela experiência do cativo. Nesse sentido, o Vale do Paraíba fluminense torna-se um espaço privilegiado de observação do investigador interessado em examinar as variadas possibilidades de resistência. O processo de intensificação do tráfico transatlântico de escravos e o aumento da valorização do café no mercado internacional¹ fizeram parte do conjunto de variáveis que conduziram às transformações sociais no Vale e impulsionaram a ascensão da economia cafeeira. Uma região que passou de mero território de ligação entre províncias e transformou-se em importante zona de concentração da agricultura cafeeira na segunda metade do século XIX². Ainda que o desbravamento de seus territórios tenha se dado nas primeiras décadas dos Oitocentos, estes adquiriam contornos de áreas centradas na agricultura de café, abastecidas intensamente pela grande oferta da mão de obra escrava, projetando-se como importante “região política e economicamente consolidada” (MUAZE, 2015: p. 57).

As principais localidades do Vale do Paraíba fluminense oitocentista consolidavam-se como uma economia de *plantation* que se estruturava em meio à competitividade econômica na produção cafeeira e pela demanda constante por mão de obra cativa (VINHAES, 1992). Segundo o estudo clássico de Emília Viotti (1998), inicialmente, a expansão no Vale do Paraíba se deu pelas regiões de Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Resende. Com o avanço dos cafezais, os pousos se multiplicaram, transformando os territórios do Vale em uma importante zona de grande lavoura. Com base em uma ampla investigação documental, Viotti apresentou um quadro em que as “incertezas do pioneirismo” que marcavam o período logo deram lugar a uma “época de grande desenvolvimento” (COSTA, 1998, p. 75), caracterizada pelo rápido crescimento das áreas cafeeiras fluminenses e pelo

¹ Carlos Gabriel Guimarães em ensaio recente apresentou interessantes questões sobre a firma inglesa Edward Johnston, que atuou na praça do Rio de Janeiro no século XIX. O estudo das conexões e articulações para a expansão das atividades mercantis revelou importantes questões acerca do mercado, que envolviam a estruturação da economia cafeeira no Rio de Janeiro e sua dimensão atlântica. (*Revista Tempo*, v. 21, n. 37, janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=954>>. Acesso em 27/11/16.)

² Cf. MUAZE & SALLES, 2015.

aumento constante da mão de obra escrava. De outro modo, na tentativa de compreender o caráter social e histórico da escravidão moderna, Dale W. Tomich (2001) revelou como regimes escravistas estavam intimamente relacionados à economia global. Os proprietários da região assumiam papel relevante na política e na economia do Império, e, já na segunda metade do século XIX, suas propriedades adquiriram “o caráter de típica região escravista de *plantation*” (TOMICH, 2010: p. 342-3). Configurava-se naquele território um cenário típico do trabalho escravo que se assemelhava a outros contextos internacionais.

No âmbito desse acelerado crescimento econômico e social, à medida que o regime escravista no Vale do Paraíba fluminense afirma-se como central na economia cafeeira da província do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 1994: p. 28), transformavam-se as relações no trabalho escravo, revelando cenários de exploração mais intensos. Sendo assim, nas impressionantes paisagens das lavouras cafeeiras que surgiam no século XIX, os senhores do Vale do Paraíba fluminense redefiniam as práticas de controle sobre a população escrava. Revelavam-se espaços de experiências sociais tecidas pela população da região em que estabelecer “o controle social sobre a população escrava era algo sempre difícil” (GOMES, 2005: p. 79). Nesse contexto, avaliamos de forma mais detida como os cativos que se arriscavam na fuga das *plantations* do Vale, seguindo pelos tortuosos caminhos que cortavam as serras atlânticas, podiam exprimir ações e projetos de resistência, talvez revelando ações corriqueiras naqueles cenários marcados pela violência do cativeiro. Logo, surgem dimensões das vivências escravas e transformadas por episódios de fugas, despertando temores na população oitocentista (Ibidem, 2005: p. 85) nas ambiências que se consolidam como cenário fundamental para “a economia e a política imperial, sendo socialmente reconhecida como uma região” (MUAZE, 2015: p. 98).

Insurreição escrava na fazenda Boa Vista

Analisando a documentação produzida sobre o trabalho escravo nas *plantations* do sul do Vale do Paraíba fluminense, encontramos em um periódico mineiro, depositado no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a notícia de um “levantamento de escravos” na década de 1870. A notícia do conflito teria levado as autoridades da capital à fazenda Boa Vista, localizada na freguesia do

Sumidouro do Paquequer. O embate entre os escravos, os administradores e os herdeiros da fazenda Boa Vista revelou-nos aspectos importantes do cotidiano da vida dos cativos que viviam naquelas ambiências.

Sobre a repercussão dos eventos ocorridos na fazenda Boa Vista, destacamos o estudo do historiador Flávio dos Santos Gomes. Em seu importante trabalho sobre a escravidão e a pós-emancipação no Brasil (2003), Gomes analisou os eventos ocorridos na fazenda Boa Vista. No capítulo “Outras canções sobre a terra e liberdade: roceiros negros, ocupação e aquilombamentos (Rio de Janeiro, 1860-1882)” discutiu relevantes dimensões do cotidiano das comunidades escravas daquela região a partir do interessante relato de Júlio Jardim da Silva Velasco, que “como aparente espectador privilegiado” (GOMES, 2003: p. 127) tentou mediar o conflito entre os herdeiros e escravos da fazenda Boa Vista. Ao problematizar as formas de ocupação da terra por pequenos grupos de escravos fugidos, buscou entender como os rumores de insurreição escrava produziram a disseminação do medo de novos conflitos na região. Segundo o autor, a leitura das correspondências entre as autoridades provinciais e locais indica como a repercussão da fuga coletiva dos cativos da Boa Vista deixava marcas naquela região. Após quatro anos do conflito, os temores de novas insurreições ainda aterrorizavam e preocupavam os moradores da freguesia (Ibidem, p. 135).

A notícia da fuga dos escravos da fazenda Boa Vista, publicada em um periódico de Ouro Preto no dia 21 fevereiro de 1873, é indicativa de como o episódio parece mesmo ter aterrorizado os moradores da freguesia e das vizinhanças. O número 18 do *Diário de Minas* registrou entre os fatos mais relevantes ocorridos na região o episódio do “levantamento de escravos” (*Diário de Minas*, 21/02/1873). Na seção “Folhetim” do periódico, o texto delineia as dificuldades que viajantes podiam encontrar ao longo dos caminhos que conectavam as importantes regiões da província do Rio de Janeiro e Minas, e continua informando sobre a repercussão da “notícia de um levantamento de escravos no Sumidouro do Paquequer” (*Diário de Minas*, 21/02/1873), provavelmente ocorrida em anos anteriores. Após a morte do proprietário da fazenda Boa Vista, os cativos se recusaram a seguir a rotina de trabalho, alegando que estariam livres depois de saldarem as dívidas que acumularam com o falecido senhor. Depois da repercussão do caso, com inúmeras versões que corriam pela província, os fatos teriam sido esclarecidos naqueles anos.

De acordo com o periódico, a notícia de que o fazendeiro Francisco Luiz Pereira haveria deixado livres todos os seus escravos em testamento, causa do levante, seria falsa e “sem fundamentos” (*Diário de Minas*, 21/02/1873). O texto continua com a explicação de que tal notícia teria sido usada por desafetos do falecido Francisco Luiz Pereira, que instigaram seus escravos. Dos revoltosos, noticiava o jornal, 57 teriam fugido em direção a Magé, “onde tencionavam embarcar para vir à Corte, a fim de fazer valer seus supostos direitos à liberdade, quando ali foram aprisionados” (Ibidem). Diversos estudos sobre o protesto escravo apontam que a estratégia de fuga para a Corte era muito comum³, mas tanto seguir pelas estradas em direção à Corte quanto se refugiar em alguma fazenda eram uma empreitada muito incerta. “Alguns escravos, para se manter alimentados ou procurar roupas e dinheiro, faziam dos roubos e furtos um investimento arriscado” (GOMES, 2006: p. 63). Tais ações tanto podiam acionar ações de solidariedade como gerar conflitos entre os cativos da região.

O conflito entre escravos e os herdeiros da fazenda Boa Vista levou até a freguesia em Sumidouro⁴ as forças públicas, que teriam sido recebidas pelos escravos com foices. Contudo, o artigo do *Diário de Minas* conclui que o sucesso do levante foi apenas “local” e informa, tranquilizando seus leitores, que “felizmente, nas fazendas vizinhas, a tranquilidade pública e a segurança individual não tinham sido perturbadas” (*Diário de Minas*, 21/02/1873). A repercussão do “levantamento” no periódico mineiro impulsionou-nos a examinar mais de perto as “versões” narradas sobre o conflito nas *plantations* cafeeiras da Vale do Paraíba sul fluminense. Na fazenda, palco do confronto, três indivíduos foram mortos e outros três foram feridos. Como consequência direta das ações envolvendo os escravos⁵ e os herdeiros da

³ Cf. CHALHOUB, 1990 e 2012.

⁴ A partir da descrição, em 1888, das distâncias entre as importantes vilas e freguesias que formavam o traçado oriental do Vale, é possível imaginarmos como podia ser longa a viagem para os que seguiam a pé o percurso: “A Villa do Carmo dista de Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro, pela E. F. D. P. II e ramal do Sumidouro, 240 quilômetros; da cidade de Cantagalo, 40 quilômetros, pela estrada provincial; da Villa de Nova Friburgo, 66 quilômetros; da estação de Porto Novo do Cunha, 18 quilômetros; da Villa de Sapucaia, 54 quilômetros; da freguesia de N. S. da Conceição do Paquequer (Sumidouro), 18 quilômetros, pela estrada de ferro do ramal do Sumidouro; da estação do Carmo, 2 quilômetros. A latitude em que se acha a Villa do Carmo é pouco mais ou menos de 24°30 e longitude de 42°. (*Almanack do Carmense*. 1888. Villa do Carmo: TYP. do Carmense, 1888, p. 42. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf2/707139/per707139_1888_00001.pdf>. Acesso em março de 2014.)

⁵ Ricardo Figueiredo Pirola desenvolveu um interessante trabalho a respeito do plano de insurreição escrava em Campinas no início do século XIX. Segundo o autor, os escravos que haviam preparado o plano conheciam bem os diversos aspectos do mundo senhorial. Cf. PIROLA, 2011: p. 80.

propriedade, uma atmosfera de tensão e medo espalhou-se pela vizinhança em fins dos anos 1870, como noticiou o periódico *Diário de Minas* acerca do “levantamento de escravos”.

Na região do Vale do Paraíba fluminense, transformada pela expansão da economia cafeeira, novas vilas eram formadas, freguesias surgiam às margens dos rios, morros eram tomados pelo cultivo do café. Certamente, não é difícil imaginar como uma notícia de insurreição escrava podia suscitar um clima de instabilidade e insegurança em um território em que transbordavam braços escravos das lavouras de café, chamando a atenção de moradores livres e proprietários de escravos das regiões vizinhas.

Ao analisarmos o processo de inventário *post-mortem* de 1872 de outro proprietário de escravos do Vale do Paraíba fluminense, João Lopes Martins, encontramos novamente fragmentos da história marcada por tensões e fugas de alguns de seus escravos. O falecido João Lopes Martins possuía uma fazenda com 123 cativos, no entanto, três deles, Inocência, Marcelino e Ricardo, fugiram em direção à capital. É provável que os escravos tenham visto na morte do seu senhor o momento ideal para pôr seus planos de fuga em prática. Não podemos precisar as razões e motivações que levaram à fuga dos escravos, contudo vale a pena destacar alguns episódios dessas histórias. Com exceção do escravo africano Inocência, que aparece avaliado em apenas 400 mil réis, os outros dois fugitivos, Ricardo e Marcelino, eram vistos como peças valiosas do espólio de João Lopes Martins, sendo cada um deles avaliado em mais de um conto de réis. As notas e recibos anexados ao processo, em abril de 1877, indicam que o inventariante dos bens de João Lopes Martins já havia anunciado no *Jornal do Commercio* a fuga de seus escravos. Em 23 de julho do mesmo ano aparece anexado ao processo que o escravo Marcos tinha sido levado à carceragem e fora tratado em um hospital. Uma nota da Casa de Detenção de Niterói revelou que Marcos ficara no cárcere por dez dias, além de outros 16 dias em tratamento em um hospital da região. No dia 26 de julho seguinte foi paga a quantia de 20 mil e 400 réis ao Hospital de São João Batista, em *Nictheroy*, pelo tratamento do escravo na enfermaria local por 17 dias (Inventário de João Lopes Martins, 1872).

Nesse sentido, vale destacar o trabalho de Ricardo Salles, que em seu estudo sobre Vassouras (2008) apontou o rápido crescimento da população escrava na banda oriental do Vale, onde se localizava a freguesia do Sumidouro do Paquequer.

Segundo o autor, a prosperidade que marcou a região transformou-a no “coração da área de expansão cafeeira conhecida como sertões do Leste” (SALLES, 2008: p. 186). Logo, é possível especularmos que deviam ser múltiplas as estratégias de fugas e sobrevivências tecidas pela volumosa escravaria nos cenários em que a exploração do trabalho escravo era cada vez mais intensa.

Ao buscarmos informações sobre o episódio do “levantamento” narrado no periódico *Diário de Minas*, encontramos nas correspondências trocadas entre as autoridades policiais a narrativa da insurreição de escravos que teria levado as forças públicas até a freguesia⁶. A correspondência endereçada à Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro revelava o motivo da viagem de um dos seus representantes e tratava das dificuldades encontradas na viagem até a fazenda Boa Vista, localizada na freguesia do Sumidouro do Paquequer, em 1873:

Chegando ao Sumidouro às 11 horas da manhã e apesar de apenas de ali distar uma légua a fazenda onde se anunciava como ponto de reunião, poucas informações pude colher pelas quais ficasse eficientemente orientado do objeto para o qual tinha ido ao lugar, pairando-me apenas do que ouvi que os escravos de uma fazenda tinham-se recusado ao trabalho. Não dispondo de toda a força policial que tinha levado comigo, porque ainda estavam algumas praças em viagem e outras fatigadas por terem andado toda a noite a pé e o resto da manhã debaixo de sol abrasador, além disso, não vendo tanta urgência no caso que me obrigasse a seguir imediatamente para a dita fazenda reservei para o dia seguinte a minha ida ao lugar. (APERJ, caixa 79, maço 5, notação 221, 1870)

De acordo com a carta manuscrita enviada a secretaria de polícia da província, em 1873, um telegrama da freguesia do Sumidouro do Paquequer pedia ajuda para conter “uma insurreição de escravos que se dizia estar preparada, ou já em começo de execução por atos pronunciados e constantes de atentados de que tinham resultado várias mortes” (APERJ, caixa 79, maço 5, notação 221, 1870). O falecimento do proprietário da fazenda Boa Vista, Francisco Luiz Pereira, parece ter sido o estopim do conflito.

Ao aproximar-se da fazenda, o representante da secretaria de polícia da província conseguiu poucas informações sobre o caso. Teria ouvido apenas que escravos haveriam se recusado ao trabalho. O receio sobre o assunto parecia-lhe sem fundamentos e, segundo ele, não haveria necessidade “para temer um excesso de

⁶ É provável que a correspondência que examinamos faça parte do mesmo conjunto documental da carta de Júlio Jardim da Silva Velasco (8 de março de 1873) discutido por GOMES (2003). Já a carta que analisamos foi enviada da Freguesia do Paquequer pelo subdelegado e endereçada à Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1873.

consequências mais sérias” (Ibidem). Ao chegar à fazenda Boa Vista, encontrou escravos trabalhando em funções ordinárias, examinou a propriedade e começou a inquirir os cativos, que teriam explicado o seguinte:

Que na ocasião em que se procedeu ao inventário dos bens do seu falecido senhor Francisco Luiz Pereira, fora-lhes asseverado que eram livres, tendo apenas a obrigação de trabalhar até pagar as dívidas do mesmo seu falecido senhor; e que depois dessa asseveração tendo-se apresentado o suíço José Warol declarando que eles eram seus escravos e não tinham a isso anuído recusando-se então ao trabalho, porque a vista das declarações feitas pela justiça, não podiam reconhecer em Warol o Direito de os tornar escravos.

As pessoas do lugar então informaram-me que Warol estava em ajuste para a compra da parte da fazenda pertencente à herdeira Dona Luiza Pereira da Rocha, e que para experimentar o ânimo dos escravos fizera essa declaração. Que de fato na ocasião do inventário alguma coisa no sentido de depoimento fora aos escravos declarados, e (...).

Que visto a recusa, houve quem aconselhasse a Warol, para este requerer ao Juiz Municipal de Nova Friburgo e avaliadores para irem de novo à fazenda da Boa Vista a fim de convencerem aos pretos da mesma fazenda que eram escravos.

Que Warol, em lugar de assim proceder, dirigiu-se ao subdelegado, que reunindo várias pessoas no dia seis do corrente das seis para as sete horas da noite fora da fazenda, e sendo recebido pelos escravos em massa, mais ou menos altanados; agrediram-nos ou foram agredidos, o que não pode ser verificado. (APERJ, caixa 79, maço 5, notação 221, 1870)

Nas palavras do representante da secretaria de polícia da província, seria muito improvável que os cativos portassem armas de fogo e, provavelmente, Warol e seu grupo teriam atirado primeiro. Com isso, 29 cativos teriam fugido em direção a Magé. Outros foram reconhecidos em casas da vizinhança ao buscarem refúgio e na fazenda permaneceram 137 escravos. Com a explosão do conflito, Warol e seu grupo teriam fugido do local abandonando armas e cavalos. Foi nessa ocasião que foram mortos o administrador da fazenda, José Antônio Vidal, o inspetor de quartirão e um escravo, tendo sido feridas outras três pessoas.

Depois de concluir que não haveria mais riscos de “insurreição”, o representante da secretaria de polícia da província finaliza:

Demorei-me no lugar até encontrar quem se dispusesse a tomar conta da fazenda e dos escravos, porque o interessado principal José Warol, a isso se recusará.

Logo que Francisco José da Rocha, filho da herdeira D. Luiza Pereira da Rocha, se me apresentou declarando que estava [?] para receber a fazenda, para ela segue e procedendo a chamada geral dos escravos d’elles fiz entrega ao dito Rocha, convencendo aos pretos que eram escravos e que não havia fundamento no que tinham ouvido de apenas serem obrigados a trabalhar até pagar as dívidas de seu falecido senhor.

Ficaram disso certos, lamentando-se apenas que tivessem sido enganados, sem vantagem para os que tiveram tal ideia. (APERJ, caixa 79, maço 5, notação 221, 1870)

Os dados recolhidos apresentados na carta indicam que o motivo da ação de insurreição dos cativos não teria sido apenas consequência de notícias “sem fundamentos”, boatos disseminados pelos “desafetos” do falecido Francisco Luiz Pereira entre seus escravos. O suíço José Warol e o administrador José Antônio Vidal proclamaram-se herdeiros do falecido, expressando o desejo de comprar partes da fazenda Boa Vista. Ao que parece, a viúva de Francisco Luiz Pereira e seu filho concordaram com o negócio, e isso teria motivado o protesto dos cativos da fazenda. Com a recusa em aceitarem seus novos “donos”, os “prováveis” herdeiros seguiram para a fazenda acompanhados das forças policiais locais com a intenção de tomarem o controle da propriedade. O plano fracassou, alguns morreram, um grupo de escravos fugiu e o grupo liderado pelos administradores da fazenda também fugiu, deixando seus cavalos e armas pelo caminho.

Foram considerados os inventários *post-mortem* que analisei em trabalho anterior⁷ sobre a segunda metade do século XIX, que descrevem casas de senzalas arruinadas ou velhas, roças tomadas por insetos e trabalhadores que se expunham a animais perigosos nas plantações. No contexto dos anos de 1870 (MARQUESE, 2009: p. 877), a região sul do Vale do Paraíba assumia o domínio da economia cafeeira no mercado mundial, e certamente os trabalhadores cativos sofriam com jornadas mais longas nos períodos de colheita, especialmente em regime demográfico caracterizado e dependente permanentemente do uso da força de trabalho escrava.

Com o desenrolar da história de insurreição dos escravos na fazenda Boa Vista, é possível seguirmos as evidências do laborioso quadro em que viviam os escravos das *plantations* cafeeiras, reconstruindo cenários e, talvez, outras dimensões dos projetos de fuga coletiva da Fazenda Boa Vista. Embora não tenhamos localizado o inventário do proprietário da fazenda Boa Vista, Francisco Luiz Pereira, a leitura do documento produzido pelas autoridades provinciais sobre o conflito, articulada ao exame do inventário *post-mortem* do administrador da fazenda (morto no embate), José Antônio Vidal, ilumina algumas das “versões” que surgiam sobre o caso.

Depois do assassinato do administrador José Antônio Vidal, foi aberto seu processo de inventário *post-mortem* em 1871. Além de administrador, Vidal também era proprietário de outras terras na região. Sua propriedade possuía 43 cativos, e

⁷ Cf. BARBOSA, 2014.

entre os bens arrolados estavam móveis para uma botica, uma casa no sítio Vista Alegre, terras na fazenda São Tomé e na fazenda Tanque. Vejamos o perfil da escravidão de Vidal:

Quadro 1. Escravos de José Antônio Vidal distribuídos por naturalidade e sexo

Naturalidade	Homens	Mulheres	Total
Africanos	8	-	8
Crioulos	21	13	34
Inocentes	-	1	1
Total	29	14	43

Fonte: Inventário *post-mortem* de José Antônio Vidal, 1871.

Sobre os escravos registrados com informações sobre sua profissão:

Quadro 2. Perfil dos escravos de José Antônio Vidal

Nome	Naturalidade	Idade	Ocupação
Nicolau	Crioulo	45	Ferreiro
Cazemiro	Crioulo	35	Lavoura
Antônio	Crioulo	36	Lavoura
Emigídio	Crioulo	38	Lavoura
Cazemiro	Crioulo	37	Lavoura
Raphael	Africano	50	Lavoura
Pedro Grande	Africano	40	Lavoura
Simão	Crioulo	16	Lavoura
Izidoro	Crioulo	20	Lavoura
Margarida	Crioulo	31	Lavoura
Paulo	Crioulo	12	Lavoura
Vicência	Crioulo	30	Lavoura
Isabel	Crioulo	10	Lavoura
Luiza	Crioulo	34	Lavoura
Fabricia	Crioulo	25	Lavoura
Antônio	Crioulo	28	Lavoura
Ludovina	Crioulo	30	Lavoura
Jezuina	Crioulo	26	Lavoura
Lucio	Crioulo	30	Tropeiro

Fonte: Inventário *post-mortem* de José Antônio Vidal, 1871.

Os herdeiros do falecido José Antônio Vidal registraram, até a década de 1880, as contas com despesas para a manutenção da fazenda – o que é uma particularidade do processo *post-mortem* de Vidal, pois são raros os inventários nos quais encontramos notas tão precisas sobre os gastos com escravos. Mas em seu processo foram registrados inclusive gastos com roupas, tecidos, materiais para a confecção de roupas, alimentos e “vales” que teriam sido pagos aos trabalhadores cativos.

Ao analisar as narrativas a partir da correspondência das autoridades, supomos que os escravos da fazenda Boa Vista estariam temerosos com a rigidez que talvez fosse implantada na fazenda quando Vidal e Warol assumissem seu controle total. Sabe-se que, com a divisão de partes da propriedade, a densa escravaria da fazenda Boa Vista poderia ser dividida ou vendida para outras fazendas. Não é possível inferirmos se o protesto escravo, expresso pela recusa do trabalho e pelo assassinato do administrador, indica que realmente os cativos acreditaram na promessa de que após algum tempo de trabalho receberiam sua alforria, ou se apenas o fizeram devido ao temor de que um proprietário mais cruel (possivelmente o administrador Warol) tornasse seu cotidiano na fazenda ainda mais difícil. Certamente, o trabalho nas *plantations* devia ser penoso naquele período e a narrativa do subdelegado reforça essa impressão, tendo deixado em relevo as dificuldades que os praças encontraram para chegar até a fazenda Boa Vista, além de descrever como as viagens entre as freguesias da região podiam ser fatigantes.

Retomando o relato da carta endereçada a secretaria de polícia da província do Rio de Janeiro, sobre o episódio do conflito na fazenda do falecido Francisco Luiz Pereira, o depoimento de testemunhas revelou o nome de alguns dos personagens envolvidos na trama: o escravo mulato Benjamim teria proferido no terreiro, em frente à casa de morada dos proprietários, um discurso alegando que todos seriam forros e que sabia por “diversos brancos que o seu falecido senhor os tinha deixado forros em testamento” (APERJ, caixa 79, maço 5, notação 221, 1870). As informações reunidas com a leitura do manuscrito indicam que os escravos que haviam fugido não conseguiram chegar à Corte. A maioria deles foi capturada em Magé e alguns ficaram presos na Casa de Detenção da capital. A correspondência das autoridades policiais relatara que 29 fugitivos foram capturados, um escravo faleceu e o líder do grupo, o escravo Benjamim, conseguiu fugir novamente, abandonou seus parceiros e seguiu para “a entrada da Piedade e não foi encontrado” (Ibidem).

Considerações finais

A presença maciça de trabalhadores escravos nas planícies e nos morros que circundavam os vales da região na segunda metade do século XIX já delineava um contexto social agitado. Análises recentes apontam como os proprietários das

plantations cafeeiras do Vale adquiriram importância social, política e econômica para além das províncias que compunham seu traçado geográfico, e como sobreviveram ao fim do tráfico transatlântico de cativos, liderando o mercado mundial do café. Nesse sentido, o exame da documentação dos inventários *post-mortem*, articulado a outras fontes documentais, contribuiu para contextualizar e delinear uma dimensão do quadro de tensões que se estabelecia naquelas regiões, por exemplo, com a morte de um proprietário de terras e escravos. Logo, mais indícios sobre a experiência escrava nas *plantations* de café se revelam com a investigação atenta dos registros documentais a respeito do mundo do trabalho e do acirramento dos conflitos entre senhores e seus escravos, nessa região de importância política, econômica e social para a província do Rio de Janeiro. Retomando o argumento de M. Muaze, “na década de 1870, o Vale do Paraíba já havia se constituído como uma região. Mas não qualquer uma. Tratava-se de uma região com projeção econômica e política no âmbito nacional.” (MUAZE, 2015: p. 61).

Em relevo surgiram múltiplas pesquisas que buscaram apontar as variáveis que explicariam o sucesso das *plantations* em um cenário dinâmico e complexo. Nas paisagens sociais oitocentistas do Vale destacam-se histórias de conflitos entre senhores e seus escravos, revelando faces de um universo social em que uma classe senhorial buscava garantir a rentabilidade da produção cafeeira nas suas fazendas, incorporando ações para manterem sua escravaria controlada e produtiva através de múltiplos acordos e arranjos; e uma volumosa massa de escravos que não deixava de acionar estratégias múltiplas para lidar com a exploração cada vez mais intensa nas *plantations* de café.

Fragmentos de histórias compiladas a partir da leitura e análise do inventário de José Antônio Vidal, da correspondência entre autoridades policiais da província do Rio de Janeiro e das notícias da imprensa revelaram muitas faces do cotidiano dos escravos. A leitura da documentação que envolve os proprietários falecidos Francisco Luiz Pereira, José Antônio Vidal, o mulato Benjamim e seus companheiros de cativeiro indica como o cotidiano das relações entre senhores e seus escravos eram permeados por conflitos e negociações. Como sugeriu Flávio dos Santos Gomes, “Escravos não só percebiam o mundo à sua volta, não só o modificavam, como agiam em função dessas possíveis mudanças” (GOMES, 2006: p. 78). Logo, seria possível supor, no contexto em que se consolidava a paisagem histórica do Vale do Paraíba,

que os conflitos travados entre os herdeiros pela herança da família teriam motivado o aumento das tensões entre escravos e os prováveis novos proprietários das fazendas examinadas. Embora não tenha sido esgotada a investigação sobre as *plantations* cafeeiras da região, o quadro traçado com o episódio do conflito entre escravos, herdeiros e administradores da fazenda Boa Vista foi fundamental para darmos conta de algumas paisagens sociais possíveis, ambiências onde os escravos transitavam.

Fontes

Diário de Minas – 1866 a 1875 – PR_SOR_02051_376523. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/376523/1827>>. Acesso em 27/11/14. Biblioteca Nacional.

Museu da Justiça do Rio de Janeiro: Inventário *post-mortem* de José Antônio Vidal, 1871; Inventário *post-mortem* de João Lopes Martins, 1872.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ): Caixa 79, maço 5, notação 221, 1870.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Gelson R. de. *Hoje é dia de branco: o trabalho livre na província fluminense, Valença e Cantagalo, 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994.

BARBOSA, K. V. de O. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

BARCANTE, Eliana Vinhaes. “Família e elite no agro fluminense: Cantagalo dos Oitocentos.” In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). *II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. Micro História e os caminhos da História Social. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. Disponível em <<http://www.lahes.ufjf.br>>. Acesso em 26/03/2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ERTHAL, Rui. “A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX.” In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. X, n. 218 (34), 01/08/2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____; SOARES, Carlos Eugênio L.; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 79.

_____. *Experiências atlânticas. Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

LARA, Silvia Hunold. *Novas dimensões da experiência escrava*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/negros/13.shtml>>. Acesso em 01/04/2007.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada.” In: *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out-dez 2009, p. 855-80.

MUAZE, M. “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e dinâmica imperial.” In: MUAZE, M. & SALLES, R. (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

PIROLA, R. F. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SLENES, Robert W. “Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX.” In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar-ago 1988.

TOMICH, D. W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café.” In: GRINBERG, K. & SALLES, R. *O Brasil Imperial*. V. 2. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2010.

VINHAES, Eliana Maria Gonçalves. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

Keith Barbosa: Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (IFCHS/UFAM). Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/Fiocruz. Email: keithbarbosa@hotmail.com.

Artigo recebido para publicação em: outubro de 2016
Artigo aprovado para publicação em: dezembro de 2016

Como citar:

BARBOSA, Keith. Terra, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba Fluminense na segunda metade do século XIX. **Revista Transversos. “Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos”**. Rio de Janeiro, nº. 08, pp.71-85, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26532.

